ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

11462 - Resumo Expandido - Trabalho - 4ª Reunião Científica da ANPEd Norte (2022)
ISSN: 2595-7945
GT 05/GT 11 - Estado e Política Educacional e Políticas de Educação Superior

ACESSO E PERMANÊNCIA DE EGRESSOS DE ESCOLAS PÚBLICAS NOS CURSOS DE PEDAGOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ - CUNTINS CAMETÁ

João Batista do Carmo Silva - UFPA - Universidade Federal do Pará

ACESSO E PERMANÊNCIA DE EGRESSOS DE ESCOLAS PÚBLICAS NOS CURSOS DE PEDAGOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ - CUNTINS CAMETÁ

INTRODUÇÃO

Este artigo origina-se de uma investigação que possui como tema central a Universidade Pública, com enfoque nas políticas públicas de acesso e permanência. Diante disso, tem como objetivo geral analisar as políticas públicas de acesso e permanência do Campus Universitário do Tocantins (CUNTINS/Cametá) da Universidade Federal do Pará (UFPA), que atende jovens oriundos de escolas públicas discentes do curso de pedagogia dos anos de 2019 e 2020.

Compreende-se que apesar da expansão e interiorização do ensino superior brasileiro nos últimos anos, ainda se faz necessário o desenvolvimento de políticas públicas mais inclusivas, para uma efetiva democratização da educação superior, através da ampliação do acesso e da permanência nas universidades públicas, das pessoas pertencentes a segmentos da sociedade que historicamente, vem sendo excluídas desse nível de ensino, como os jovens em condição socioeconômica desfavorecida (GADOTTI; STANGHERLIM, 2013).

Nesse sentido, esta pesquisa apresenta a seguinte problematização: quais os impactos das políticas públicas de acesso e permanência na educação superior para os jovens oriundos de escolas públicas discentes dos cursos de pedagogia da UFPA/CUNTINS Cametá? Para fomentar a discussão, apresenta-se algumas questões norteadoras: quais as principais políticas públicas de acesso e permanência que são desenvolvidas na universidade pública e seus

desafios para efetivação na sociedade atual? Em que medida as políticas públicas educacionais tem possibilitado o acesso e a permanência de jovens socioeconomicamente vulneráveis na educação superior? E quais as desigualdades sociais no campo da educação superior brasileira que ainda se fazem presente nos tempos em que vivemos?

No que tange ao referencial teórico, este baseia-se em diferentes autores como: Cunha (1995), Severino (2008), Cavalcante (2000), Martins (2002), Sampaio (1991), Lima (2019) entre outros, para construir a base teórico-conceitual em relação as categorias: universidade pública, educação superior, acesso e permanência e desigualdade social.

MÉTODO

Esta pesquisa realizou-se no Município de Cametá, tendo como lócus de investigação o CUNTINS/Cametá, um dos Campi do interior da UFPA. Esta instituição vem buscando ao longo de sua existência, a formação da população da região do Baixo Tocantins. Ou melhor, há mais de 30 (trinta) anos, este Campus se constitui na principal instituição de formação científica e acadêmica de profissionais de nível superior, principalmente, para o setor educacional, assim como, no centro de toda a investigação e pesquisa para o enfrentamento dos principais problemas sociais e educacionais dessa região.

Como objeto de estudo, apresenta-se as políticas públicas de acesso e permanência na universidade pública. E como sujeitos da pesquisa, os egressos de escolas públicas discentes do curso de Pedagogia da UFPA/CUNTINS Cametá dos anos de 2019 e 2020. Realizou-se um recorte referente ao curso de pedagogia, em vista que, nos respectivos anos citados, este teve a maior demanda de candidatos inscritos nos processos seletivos para o Campus de Cametá, em comparação aos demais cursos ofertados. Assim, em 2019 foram 693 candidatos inscritos no curso de pedagogia, e no ano de 2020 foram 1.173, totalizando 1.866 jovens que optaram por este curso, de um quantitativo de 7.488 candidatos inscritos, conforme nos mostra a tabela 1.

Tabela 1 – Cursos ofertados no CUNTINS/Cametá a serem realizados na cidade de Cametá e número de candidatos inscritos nos processos seletivos dos anos de 2019 e 2020.

Cursos ofertados	Candidatos inscritos - 2019	Candidatos inscritos - 2020
Agronomia	491	536
Ciências Naturais	476	551
Geografia	487	-
História	-	666
Letras Língua Portuguesa	514	474
Letras Língua Inglesa	-	342
Matemática	251	352
Pedagogia	693	1.173
Sistemas de Informação	227	255
Total	3.139	4.349

Fonte: UFPA – 2020.

Esta pesquisa fundamentou-se na Abordagem Qualitativa, que segundo Cunha (1995), esta propõe o aprofundamento na complexidade dos fatos sociais, nas suas relações e

interdependências, ou seja, procura estudar os fenômenos educacionais e seus atores, dentro do contexto social e histórico em que acontecem e vivem, recuperando o cotidiano como campo de expressão humana.

Quanto a tipologia da pesquisa, trata-se de um Estudo de Caso, uma vez que o objetivo deste estudo é analisar as políticas públicas de acesso e permanência de uma instituição específica, concomitante a um público alvo específico.

Toda pesquisa utiliza técnicas específicas na obtenção de dados, desse modo, quanto ao levantamento de dados, que segundo Marconi e Lakatos (2003) é o primeiro passo de qualquer pesquisa científica, realizou-se de duas maneiras: pesquisa documental e pesquisa bibliográfica.

Outra técnica de levantamento de dados utilizada foi a pesquisa de campo, que possui como objetivo conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta (MARCONI; LAKATOS, 2003). Assim, buscou-se descobrir os impactos das políticas públicas de acesso e permanência para os jovens oriundos de escolas públicas discentes do CUNTINS/Cametá. As fases da pesquisa de campo requerem, em primeiro lugar, a revisão da literatura sobre o tema em questão e segundo, que se determine as técnicas que serão empregadas na coleta de dados, de modo, que esses dados sejam representativos e suficientes para apoiar as conclusões do referido estudo.

Assim sendo, adotou-se como técnica de coleta de dados, a aplicação de questionário online via e-mail e WhatsApp com todos os sujeitos da pesquisa, considerando-se, consoante com Marconi e Lakatos (2003), que em média os questionários expedidos pelo pesquisador alcançam 25% de devolução. Todavia, conforme mostra a tabela 2, obteve-se uma devolução total de 33%.

Tabela 2 – Número de alunos matriculados e que responderam o questionário, e percentual da devolução obtida.

Turmas	Alunos matriculados	Alunos que responderam o questionário	Percentual de devolução
Pedagogia 2019	42	23	55%
Pedagogia 2020	44	05	11%
Total	86	28	33%

Fonte: a autora.

Em relação a organização dos dados coletados, realizou-se por meio de tabelas e gráficos. A análise dos dados foi desenvolvida com base na Análise de Conteúdo, que é um procedimento de pesquisa que se situa em um delineamento mais amplo da teoria da comunicação e tem como ponto de partida a mensagem, seja ela verbal (oral ou escrita), gestual, silenciosa, figurativa, documental ou diretamente provocada (FRANCO, 2008).

DISCUSSÃO E RESULTADOS

Para conhecimento das características dos sujeitos desta pesquisa, faz-se necessário buscar uma melhor visibilidade do perfil socioeconômico deles.

A partir dos dados obtidos, observa-se que a faixa etária dos discentes fica entre 18 e 46 anos de idade, no entanto, o equivalente a 86% são jovens entre 18 a 24 anos. Ou seja, a maioria destes jovens se encontram dentro da meta do Plano Nacional de Educação – PNE (2014-2024), especificamente a Meta 12, que objetiva elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população nessa faixa etária, assegurada a qualidade da oferta e expansão no segmento público (BRASIL, 2014). Entretanto, a nível nacional, de acordo com o Censo da Educação Superior (2020), da população brasileira de 18 a 24 anos de idade, no ano de 2019, apenas 21,4% estavam matriculados no ensino superior. Isso significa que ainda não se atingiu a taxa líquida, que é um indicador do acesso ao sistema educacional, por aqueles que se encontram na idade prevista para cursá-lo.

Em relação ao sexo e/ou gênero, a maioria dos discentes, o equivalente a 79% é do sexo feminino e somente 21% do sexo masculino. Historicamente, desde o surgimento do Curso de Pedagogia, a maioria dos discentes eram mulheres. Hoje, mesmo com a crescente busca por parte dos homens, o curso ainda se mantém, majoritariamente, frequentado por estudantes do sexo feminino. E tais dados são bastante significativos, considerando-se os primórdios da educação superior brasileira, que por muito tempo excluiu as mulheres dos direitos à educação. Mas, depois de muitas lutas, estas conseguiram ingressar nas escolas e nas instituições de ensino superior. De acordo com o Censo da Educação Superior (2020), em relação ao número de estudantes matriculados a nível de graduação, o sexo feminino predomina em ambas as modalidades de ensino, presencial e a distância. Sendo que, especificamente, nos cursos de licenciatura, cerca de 72,2% das matrículas correspondem a este sexo, enquanto que apenas 27,8% são do sexo masculino.

Outras características do perfil dos discentes, que são importantes destacar, está relacionada com o estado civil, uma vez que, 93% destes são solteiros, estando apenas 7% em união estável. E em relação a cor ou raça, a maioria dos discentes são negros, se autodeclaram de cor parda e preta.

Observa-se também, que a maioria dos discentes, o correspondente a 86% não trabalha, isto é, não desenvolve nenhum tipo de trabalho renumerado, 7% trabalha apenas meio período e 7% trabalha período integral. Desse montante, apenas 14% estão inseridos no mercado de trabalho. No tocante a renda pessoal mensal, a maioria dos discentes não possui nenhum tipo de renda (61%). Diante desses dados, compreende-se que a maioria desses sujeitos possuem condições socioeconômicas de baixa renda. E isso, geralmente, tem impacto direto na continuidade dos estudos. Nesse sentido, é fundamental que se desenvolvam estratégias, para uma efetiva democratização da educação superior, que inclua a ampliação do acesso e políticas que possibilitem a permanência desses estudantes na universidade.

Outro dado extremamente importante, refere-se a origem escolar dos estudantes, pois, 96% são oriundos de escolas públicas. Ou seja, do total de 28 (vinte e oito) discentes que responderam o questionário, 27 (vinte e sete) destes realizaram integralmente o Ensino Médio em escolas públicas, sendo apenas 1 (um) discente em escola privada. E a maioria dessas escolas públicas são jurisdicionadas pela 2ª Unidade Regional de Educação (URE/CAMETÁ), que é a representação da Secretaria de Estado de Educação na região do Baixo Tocantins, tem por responsabilidade promover a nomeação e lotação dos servidores, a formação pedagógica e o suporte para as comunidades docentes. Abrange além do município de Cametá, onde a mesma está localizada, mais 4 (quatro) municípios desta região: Baião, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba e Oeiras do Pará.

Assim, o correspondente a 82% dos discentes realizaram o ensino médio nas escolas do município de Cametá, e os demais (18%), nos municípios de Baião, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba e também em uma escola fora da jurisdição da 2º URE, localizada no município de Igarapé-Miri. Diante disso, ressalta-se a importância desta instituição para a região do Baixo Tocantins, visto que, conforme ocorrem melhorias nas escolas públicas de Ensino Médio, ocorre também, uma ampliação dos jovens que concluem a Educação Básica e tornam-se aptos para ingressar na universidade pública.

Analisar o perfil dos discentes de Pedagogia, da UFPA/CUNTINS Cametá, bem como as suas especificidades, é extremamente importante para se entender as características dos jovens oriundos de escolas públicas, que atualmente, frequentam essa instituição, pois, a partir desses elementos podem ser constituídos mecanismos que englobem todos os envolvidos, auxiliando no processo de construção do conhecimento. Em vista que, o Campus de Cametá, já vem desenvolvendo a sua função social desde a incorporação da interiorização, agrupando várias maneiras de possibilitar o acesso e a permanência de qualidade ao processo formativo de seus discentes.

Ao visualizar a trajetória do ensino superior no âmbito da sociedade brasileira, observa-se uma grande desigualdade socioeducacional no decorrer da história, e que permeia até os dias atuais. Para os jovens oriundos de camadas populares, ampliar a educação e obter uma qualificação profissional, é uma experiência muito significativa, especialmente no contexto brasileiro, no qual muitos ainda são excluídos desse processo. Consoante com Gisi (2006), os processos seletivos das universidades, de modo geral, ainda são permeados pelo ideário das capacidades individuais, da igualdade de oportunidades e da livre concorrência. Desse modo, os beneficiados são aqueles candidatos preparados, que tiveram maiores oportunidades durante sua vida, que podem comprar bons livros, frequentar boas escolas, fazer cursos de línguas e etc.

Neste interim, compreende-se que apesar de nos últimos anos ocorrer a expansão e a interiorização do ensino superior no país, associado às políticas públicas implementadas visando a redução das desigualdades de acesso, o efeito sobre a redução dessas desigualdades não foi alcançado em sua totalidade, pois, as IES públicas ainda possuem uma cobertura

limitada, uma concorrência acirrada de ingresso, além dos custos exigidos pelas IES de caráter privado (SALATA, 2018).

Com o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, Segundo Lima (2019), "a expansão do acesso à educação passou a ser uma exigência do próprio capital, seja de qualificação da força de trabalho para o atendimento das alterações produtivas, seja para difusão da concepção de mundo burguesa sob a imagem de uma política inclusiva". Podemos observar que historicamente, este processo é confrontado tanto por professores como estudantes, que lutam pela educação pública, gratuita, laica e referenciada nos interesses dos menos favorecidos por condições dignas de vida.

A educação superior, significou ao longo da história um espaço voltado para a formação das elites, onde o acesso era para os melhores com méritos individuais. Até hoje, ainda se observa a presença de mecanismos de seleção e exclusão.

CONCLUSÕES

A realidade é que muitos jovens, inclusive, dentro da faixa etária prevista (18 a 24 anos) para ingressar no ensino superior, ainda estão fora do sistema educacional. Muitos dos jovens que conseguem o acesso, não concluem o ensino superior, por falta de assistência na ambiência universitária. E a desigualdade no país ainda é muito expressiva. Gadotti e Stangherlim (2013), defendem que uma universidade só é popular quando o seu acesso é democratizado, quando essa instituição é para todos. E não basta somente isso, a mesma deve ser orientada pelos interesses de todos.

No que tange ao CUNTINS/Cametá, atualmente, este possui 2.846 discentes ativos. E as principais políticas públicas desenvolvidas, para atender esses discentes são: o PNAES, que engloba o PROAIS, sendo que este se materializa através dos eixos de Assistência Estudantil e Integração Estudantil. E a política de COTAS, que visa a inclusão e o reconhecimento da diversidade desses sujeitos. Assim, esta instituição vem buscando manter a ampliação do acesso e da permanência com qualidade para os seus discentes, que em sua maioria, se caracterizam como sujeitos social e economicamente vulneráveis, incluindo-se nessa categoria, os discentes do curso de Pedagogia dos anos de 2019 e 2020. Diante disso, compreende-se que apesar do elevado número de jovens da região do Baixo Tocantins, que ainda não conseguiram ingressar no Campus de Cametá, este vem desde a sua interiorização, implementando as políticas públicas de acesso e permanência existentes no Brasil, dentro das possibilidades dessa região, impactando positivamente a população.

Palavras-chave: Universidade pública. Educação superior. Acesso e permanência. Desigualdade social.

REFERÊNCIAS

BAUER, C. Política de expansão do ensino superior: a classe operária vai ao campus. *EccoS*

Revista Científica, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 449-470, jul./dez. 2006. Disponível em: http://dx.doi.org/10.5585/eccos.v8i2.478. Acesso em: 30 mar. 2021.

BRASIL. Plano Nacional de Educação - PNE. Lei n° 13.005/2014. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 2014. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/pne.pdf Acesso em: 30 mar. 2021.

CAVALCANTE, J. F. *Educação Superior*: conceitos, definições e classificações. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2000. 54 p.

CENSO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR. *Notas estatísticas 2019*. Brasília, DF: INEP/MEC, 2020. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2020/Notas_Estat Acesso em: 30 mar. 2021.

CHIZZOTTI, A. *Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais*. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. 144 p.

CUNHA, M. I. A Pesquisa Qualitativa e a Didática. *In*: OLIVEIRA, M. R. N. S. (org.). *Didática*: Ruptura, Compromisso e Pesquisa. São Paulo, Papirus Editora, 1995.

FLORES, M.; MATTOS, V. O último a sair apaga a luz? Contribuições à luta pela universidade pública. *Universidade e Sociedade*, Brasília, ano 30, n. 65, p. 8-23, fev. 2020.

FRANCO, M. L. P. B. *Análise de Conteúdo*. 3. ed. Brasília, DF: Liber Livro, 2008. 80 p.

GADOTTI, M.; STANGHERLIM, R. A universidade na perspectiva da educação popular. *In*: SANTOS, J. F. M.; ROMÃO, J. E. (org.). *Universidade popular*: teorias, práticas e perspectivas. Brasília, DF: Liber Livro, 2013. p. 19-49.

GISI, M. L. A educação superior no Brasil e o caráter de desigualdade do acesso e da permanência. *Revista Diálogo Educacional*, Curitiba, v. 6, n.17, p. 97-112, jan./abr. 2006. Disponível em: http://dx.doi.org/10.7213/rde.v6i17.6740. Acesso em: 30 mar. 2021.

LIMA, K. Desafio educacional brasileiro e ofensiva ultraconservadora do capital. *Universidade e Sociedade*, Brasília, ano 29, Edição Especial América Latina, p. 8-39, out. 2019.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. *Fundamentos de Metodologia Científica*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003. 312 p.

MARTINS, A. C. P. Ensino Superior no Brasil: da descoberta aos dias atuais. *Acta Cirúrgica Brasileira*, São Paulo, v.17 (Suplemento 3), p. 4-6, 2002. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0102-86502002000900001. Acesso em: 30 mar. 2021.

SALATA, A. Ensino Superior no Brasil das últimas décadas: redução nas desigualdades de acesso? *Tempo Social*, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 219-253, mai./ago. 2018. Disponível em: https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2018.125482. Acesso em: 30 mar. 2021.

SAMPAIO, H. *Evolução do ensino superior brasileiro, 1808-1990*. São Paulo: Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior - USP, 1991. 30 p.

SEVERINO, A. J. O Ensino Superior Brasileiro: novas configurações e velhos desafios. *Educar em Revista*, Curitiba, n. 31, p. 73–89, 2008. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0104-40602008000100006. Acesso em: 30 mar. 2021.